



RELAÇÕES DE GOVERNANÇA NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE HPPC E BIOCOSMÉTICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

AUTORIA

Luanda Oliveira De Queiroz

E-mail: luandadequeiroz@hotmail.com

Pâmela Thais Pinheiro Bastos

E-mail: pamelat.bastos@gmail.com

Marco Antônio Silva Lima

E-mail: adm.marcolima@gmail.com

Universidade do Estado do Pará

Murilo Fonseca Andrade

E-mail: segtowich@gmail.com

Universidade da Amazônia

RESUMO

Este estudo objetivou identificar e avaliar como são percebidos os elementos e fatores de governança entre os produtores integrantes do APL de Biocosméticos da Região Metropolitana de Belém. Foram realizadas técnicas estatísticas de análise estatística descritiva e multivariada, apresentando análise descritiva da amostra e análise descritiva das variáveis comportamentais. Para realizar a análise, foram utilizadas 11 variáveis, onde se observou os fatores que mais se destacam dentro das organizações pertencentes ao APL de Biocosméticos. Os resultados demonstraram o índice de percepção do elemento governança, os principais fatores e as classificações dos mesmos. Ao final, constatou-se que a percepção de governança no APL no âmbito geral é avaliada como boa por 60% dos integrantes, sendo que os maiores índices são: auxílio na definição de objetivos comuns e estímulo na percepção de visões de futuro.

Palavras-chave: Governança. Arranjo Produtivo Local (APL).

Eixo Temático 1: Governança, Gestão Socioambiental e cooperação de redes interorganizacionais.



1 INTRODUÇÃO

O segmento de biocsméticos é um dos que mais cresce no Brasil e, devido ao seu crescimento, tem-se percebido um aumento no número de incentivos e investimentos no referido setor. A presença do segmento de biocsméticos em uma região tende a ser importante para uma região, pois, além de favorecer a economia da região, pode vir a preservar o meio ambiente mediante a utilização de fontes renováveis e sustentáveis, o que proporciona um crescimento econômico além de gerar emprego e renda para as comunidades onde se instalam.

Entende-se, neste trabalho, que o segmento de biocsmético é caracterizado como um arranjo produtivo por apresentar indícios peculiares ao conceito de arranjo produtivo que possui características por aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais que buscam o desenvolvimento de atividades econômicas correlatas, apresentando vínculo de cooperação, interação e aprendizagem entre todos os agentes deste arranjo.

Nesse contexto, o presente trabalho, aborda as relações de governança no arranjo produtivo local existentes no segmento de biocsméticos presentes na Região Metropolitana de Belém, analisando as características do arranjo produtivo local na região, suas características e contribuições para a área em que estão instaladas, além de examinar como se dá a Governança Hierárquica no segmento instalado na região.

Atualmente as empresa para se tornarem competitivas estão se unindo através de arranjos produtivos locais, porém não basta apenas a união no mesmo aglomerado territorial, essas empresas precisam de cooperação e governança, desta maneira o que nos norteia é busca de identificar, avaliar e salientar o grau de governança entre os agentes que compõem o Arranjo Produtivo Local - APL de Biocsméticos. Verifica-se no contexto socioeconômico da região metropolitana de Belém que muitos APL's foram desenvolvidos nos últimos anos, sendo que poucos, se não nenhum, foram fiscalizados, controlados e avaliados. Deste modo, ainda não é perceptível, sobre a ótica da administração geral, a importância que os fatores e elementos de governança exercem sobre os APL's e a organizações que se utilizam destes.

Logo, o artigo tem como objetivo identificar e avaliar como são percebidos os elementos e fatores de governança entre os produtores integrantes do APL de Biocsméticos da Região Metropolitana de Belém. Desta forma, o artigo busca responder de que maneira pode ser identificada e avaliada a percepção da importância dos elementos e fatores de governança entre as organizações que integram o APL de Biocsméticos da Região metropolitana de Belém?

O Brasil segue como terceiro maior mercado consumidor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (HPPC) do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China. Responsável por mais de 1,8% do PIB nacional, a indústria brasileira de HPPC segue representando 9,4% do consumo mundial e ocupa uma fatia de mais de 53% do mercado latino-americano. O Estado do Pará se destaca nesse setor pela rica biodiversidade da Amazônia, que atrai a indústria de cosméticos e perfumaria brasileira. (FIEPA, 2014).

Os estudos relacionados aos APLs, segundo Cassiolato e Lastres (2003), são importantes para o desenvolvimento das regiões, pois promovem competitividade, que por sua vez gera investimento e crescimento.

Considera-se que a realização do trabalho é bastante oportuna e de suma importância, por se tratar de uma atividade que visa a estratégia, inovação, tecnologia, sustentabilidade e o desenvolvimento econômico, onde os acadêmicos podem aliar os conhecimentos teóricos à prática, dessa forma a presente pesquisa se ajusta à missão da Universidade da Amazônia que é Educação para o desenvolvimento da Amazônia, estando correlacionado com o curso de administração.

Sendo assim, este trabalho será uma ferramenta a ser utilizada pelos acadêmicos para disseminar a ideia de governança em APL e desenvolvimento local atraindo possíveis pesquisadores e proporcionando aos



integrantes do APL uma percepção de como está a governança podendo ser feito uma análise dos pontos fortes e fracos e aos municípios proporciona o desenvolvimento social e sustentável, pois preserva o meio ambiente e a geração de emprego e renda aos habitantes. O estudo também pode ser considerado viável, uma vez que há grande quantidade de obras sobre o tema, que servirão de embasamento ao trabalho.

2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Arranjos Produtivos Locais podem ser definidos como um conjunto de empresas, situadas em uma mesma região, que decidem cooperar entre si para alcançar objetivos comuns. Cassiolato e Lastres (2003) propõem a definição de arranjos produtivos locais como sendo as aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais que tem como foco um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos, mesmo que estes sejam incipientes.

Cassiolato e Lastres (2003) afirmam que os APL's geralmente envolvem a participação e a interação de empresas, suas variadas formas de representação e associação, como exemplo eles citam que as empresas podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros. Eles ressaltam que são incluídas também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Os arranjos produtivos locais são, dessa forma, necessários para o desenvolvimento de produtos que requerem a participação de várias empresas locais. Isto pode ser verificado pelo estudo elaborado pela RedeSist (2003), que definiu que onde houver produção de qualquer bem ou serviço haverá sempre um arranjo em seu torno, envolvendo atividades e atores relacionados à sua comercialização, assim como à aquisição de matérias-primas, máquinas e demais insumos, deste modo, tais arranjos variarão desde aqueles mais rudimentares àqueles mais complexos e articulados.

Contudo, entende-se como Arranjos Produtivos Locais- APL's como um conjunto de empresas, situadas em uma mesma região, que estabelecem parceria comercial, no intuito de proporcionar um melhor e mais seguro desenvolvimento econômico. Para se entender melhor este conceito é necessário analisar como as empresas começam a se aglomerar, este processo inicia-se, basicamente, com as redes e sistemas de organização.

Dessa forma, dadas às diversas definições encontradas na literatura, pode-se dizer que a implantação de um APL ajuda no desenvolvimento econômico da região além de gerar emprego a comunidade local.

2.1 Conceito de redes de organizações e sistemas de inovação

Nos últimos anos vários eventos, dentre eles a crise de 1970, contribuíram para o surgimento de novas formas organizacionais no ambiente empresarial. Segundo Peci (1999) a inovação contínua torna-se uma necessidade para a sobrevivência das organizações, ainda segundo o autor, cresce a necessidade de as organizações se concentrarem nas suas principais competências e, paralelamente, estabelecerem parcerias para desenvolver produtos, serviços e processos aptos a responder com flexibilidade às mudanças contínuas do ambiente.

Peci (1999) afirma que a empresa hierárquica integrada verticalmente e a pequena empresa que funciona de modo isolado não conseguem sobreviver no ambiente contemporâneo de negócios. Corroboram com esta análise os autores Mazzali e Costa (1997), que em seu estudo afirmam que nos anos 80 e 90 o cenário econômico foi marcado por mudanças devido ao intenso processo de inovação tecnológica e alterações na estrutura do comércio, com isso tornou-se um ambiente instável e incerto.

Assim, pode-se observar que nas últimas décadas as empresas estão se inserindo em um mercado cada vez mais competitivo e, uma das formas nas quais elas podem se destacar das demais, seria o estabelecimento



de parcerias comerciais com seus concorrentes, fato este que já pode ser caracterizado como o início da formação de redes de organizações.

A Rede de organização surge com o propósito de unir empresas que busquem um objetivo comum ou que complementem esse objetivo. Oliver (2003) define Redes de organização como:

Redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa em torno de causas fins. Estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as afinidades de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estrutura social. (OLIVER, 2003).

Nessa perspectiva, Fernandes (2008) avalia redes organizacionais como estruturas que se conectam horizontalmente as demais, de forma direta por meio daquelas que se encontram ao seu redor, vale ressaltar que nas organizações em rede não existe “chefe”, e sim um conjunto de organizações que trabalham em conjunto em busca do mesmo propósito.

Desta forma, os autores Machado, Lehmann e Araújo (2008) afirmam que a inovação é caracterizada como a capacidade de uma organização associar e mobilizar os seus recursos financeiros, materiais, humanos e etc., tendo em vista a captação de oportunidades e aniquilação de ameaças. Ainda segundo os autores, o processo de transformar organizações em organizações inovadoras visa atender as necessidades existentes, e como consequência tem-se uma atividade criativa que resulta na forma de produtos, processos e sistemas, novos ou melhores.

Dessa forma, Cassiolato e Lastres (2005) conceituam o sistema de inovação como um conjunto de instituições distintas que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação e aprendizado de um país, região, setor ou localidade. São constituídos de elementos e relações que interagem na produção, difusão e uso do conhecimento.

Verifica-se então que Redes de organizações também se destacam pelo uso da inovação e conhecimentos se tornam mais atrativa e captam cada vez mais oportunidades para o desenvolvimento das empresas que se encontram associadas em rede.

2.2 Os arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento local/regional.

Durante os últimos anos, têm crescido, na literatura econômica, os estudos sobre a importância dos aspectos locais para o desenvolvimento econômico e a competitividade das empresas. O Desenvolvimento Regional surge a partir da abordagem de Arranjos Produtivos Locais (APLs) como ações voltadas para promover aglomerações de empresas especializadas e concentradas geograficamente. (VECCHIA, 2006).

Atualmente se observa que o APL pode contribuir para o desenvolvimento local e regional da região em que se situa, dado que, como política pública, o APL pode ser muito eficiente, pois pode gerar diversos empregos diretos e indiretos, ou subsidiar políticas regionais, sustentáveis e até sociais.

Para Cassiolato e Lastres (2003) os APLs não constituem por si só, objetivos das políticas, mas como meios ou instrumentos para se construir o desenvolvimento em sentido amplo, seja propiciando formas de dar maior dinamismo econômico, sustentabilidade a pequenos empreendimentos, criando ambientes propícios a inovação e a sistemas de governança social e politicamente sustentáveis.

3 GOVERNANÇA TERRITORIAL

Para o desenvolvimento de um arranjo Produtivo Local se faz necessário um mecanismo de governança de forma eficaz, portanto neste tópico será abordado o conceito de governança territorial, a sua importância para o desenvolvimento local/regional e de que forma a governança será útil para o desenvolvimento do



arranjo produtivo local.

O termo governança passou a ser discutido a partir da publicação de Ronald Coase, em 1937, intitulado *The Nature of the Firm*, que não desencadeou grandes debates, mas foi retomado nos anos 70 por Oliver Williamson; a partir de então se utilizou o termo governança para designar “os dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes”. (DALLABRIDA; BECKER, 2003)

Governança se refere aos processos coletivos de tomada de decisões e aos processos pelos quais as decisões são implementadas formalmente e informalmente, que determinam, em uma dada sociedade, como as decisões são tomadas e desenvolvidas por meio de normas e instituições relacionadas com questões públicas.

Pires et al. (2013) classificam a Governança de um território como uma forma de governança política. Para os autores, a análise da governança na sua dimensão territorial considera as articulações e interdependências entre atores sociais na definição de formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais.

Por sua vez, Dallabrida e Becker (2003), em uma análise local e regional, entendem a governança territorial como o exercício do poder e autoridade por parte dos cidadãos ou grupos devidamente articulados nas suas instituições e organizações regionais. Nela incluem-se todos os processos, com o objetivo de diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação das ações e, assim, determinam como os recursos financeiros, materiais e humanos devam ser alocados, para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando ao desenvolvimento de uma região ou território.

Pires et al. (2013) constata que outra forma de observar a governança seria encarar os mecanismos de produção das regularidades de coordenação produtivas localizadas e o processo institucional-organizacional de construção de uma aposta em compatibilidade dos diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos, visando à resolução de um problema produtivo eventualmente inédito.

Dessa forma, Pires et al. (2013) concluem que os conceitos de governança territorial resultam das estratégias dos atores coletivos que se engajam para coordenar ações que permitam resolver problemas locais e regionais oriundos da aglomeração, da especialização ou especificação territorial, bem como, problemas ambientais.

3.1 Governança e desenvolvimento local/regional

A participação ativa de agentes regionais nos diferentes tipos de práticas institucionais voltadas ao exercício da governança territorial constitui-se no processo de concertação grupal ou corporativa para a elaboração dos consensos grupais ou corporativos. Isso constitui-se numa das condições básicas para que aconteça a tão almejada meta: a região tornar-se sujeito do seu processo de desenvolvimento (DALLABRIDA; BECKER, 2003).

Para Fuini (2012) a governança territorial interfere na competitividade das regiões ao definir formas de distribuição de poder em cadeias produtivas e outras formas de relacionamento comercial, institucional e industrial, fazendo convergir, em torno de um ator central, ou compartilhando, em vários atores articulados por uma instância coletiva, a tarefa de definir as estratégias competitivas principais de um aglomerado produtivo local. E, nesse sentido, direciona-se às características, estratégias e possibilidades inerentes ao processo de desenvolvimento territorial.

Pires, Muller e Verdi (2006), definem o desenvolvimento territorial como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região.



Pires et. al (2013) verificaram os estudos de Bernard Pecqueur, especialista em desenvolvimento local, que definiu governança como “um processo de construção institucional e organizacional de uma coerência formal dos diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos a resolução dos problemas enfrentados pela nova produção dos territórios”. Assim os autores definiram Governança Territorial como o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia, para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório, que atende a premissa de resolução de problemas inéditos. Esses compromissos articulam: os atores econômicos entre si e com os atores institucionais-sociais e políticos através de “regras do jogo”. Média também a dimensão local e a global (nacional ou mundial) através das ações realizadas por atores ancorados no território.

É possível identificar diferentes modelos e práticas institucionais para o exercício da governança territorial. Alguns exemplos são os diversos tipos de fóruns ou conselhos de desenvolvimento, as agências ou associações de desenvolvimento local ou regional, grupos de interesse diversos, associações cooperativas, consórcios, associações de classe, associações de produtores ou empresariais, dentre outras.

3.2 Governança em arranjo produtivo local

A governança destaca-se como um elemento essencial para o surgimento, manutenção e sucesso econômico de APLs. Santos et. al (2004) identificam como fatores que diferenciam os APLs dos demais formatos de organização e aglomeração produtiva, suas vantagens competitivas locais, dentre as quais se destacam, no plano da governança, a cooperação multilateral e institucionalizada que dará ao arranjo capacidade de reação coletiva às ameaças e oportunidades devido ao planejamento de ações.

Sacomano Neto e Paulillo (2012) afirmam que as governanças em APLs podem ser entendidas por mecanismos de comando, intervenção, influência e participação dos atores envolvidos. Para os autores, no estudo de um arranjo produtivo local, o mercado deve ser compreendido a partir de um conjunto de elementos locais, relacionais, culturais e também por diferentes regimes de regulação do Estado, com o envolvimento de atores locais e um maior ou menor grau de institucionalização, de flexibilidade, de abertura e de influências externas. Sacomano Neto e Paulillo (2012) constatam que apesar de variar conforme o tipo do arranjo produtivo local a governança passa a ser o mecanismo fundamental para o fomento da atividade inovativa, dado tratar-se de um processo intrinsecamente social, coletivo e interdependente entre os agentes (processo de aprendizado causado pela difusão do conhecimento). Assim, os autores concluem que tais ações têm como alicerce um sistema de coordenação desenvolvido e implantado e capaz de aglutinar esforços para trazer benefícios e vantagens competitivas aos atores participantes dos arranjos.

O desenvolvimento desses arranjos depende da articulação entre atores públicos e privados, capazes de promover a governança no sentido de aglomerar e incentivar os ganhos coletivos aos atores participantes no espaço geográfico.

Suzigan, et. al (2007), entendem a governança em arranjos e sistemas produtivos locais como a capacidade de comando e coordenação que certos agentes exercem sobre as interações (produtivas, comerciais e tecnológicas), influenciando o desenvolvimento do arranjo e incentivando a legitimidade da tomada de decisões de forma participativa e compartilhada.

Lastres e Cassiolato (2005) verificam dois tipos de formas de governança em APLs, classificadas como: 1. Hierárquicas: Na qual a autoridade é internalizada dentro de grandes corporações com capacidade de coordenação das atividades, tais como: tecnológicas, produtivas e mercadológicas; e 2. Não hierárquica: Caracterizada pela existência de pequenas e médias empresas, nas quais poucos atores são dominantes e a coordenação prevalecente é horizontal, envolvendo características que complementam contratos, como



confiança, influência, liderança e redes de articulação

Segundo Fuini (2012), alguns estudos específicos destacam que o desenvolvimento e a própria sobrevivência de aglomerações produtivas e APLs dependem do tipo de comando e coordenação entre agentes que direcionam as relações produtivas e não produtivas que alimentam os sistemas de empresas em suas bases territoriais. No entanto, para o autor, essa construção de estruturas de governança é um processo complexo e que depende de diferentes níveis de cooperação, inovação e das próprias economias externas e de localização presentes em uma localidade e que aparecem como recursos para os aglomerados.

4 A CADEIA PRODUTIVA DO BIOCOSMÉTICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

A Região Metropolitana (RM) de Belém foi criada em 1973 pela Lei Complementar Federal nº. 14/73, sendo inicialmente composta pelo município de Belém e Ananindeua. Segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, atualmente esta região é composta por sete municípios, os quais são: Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel. Somando as áreas de cada municípios da RM de Belém possui área total de 3.566 km² COSTA (2015).

Destacam-se como fatores motivadores, a oferta variada de matéria-prima e de mão-de-obra local, sendo que boa parte desta possui um satisfatório grau de conhecimento empírico para desenvolver os trabalhos na área. No que tange a produção de Biocsméticos na RMB, esta atividade mostra-se favorável, pelo fato desta utilizar como matéria-prima insumos oriundos de biodiversidade; tais insumos são obtidos pelas atividades extrativistas, as quais se destacam por ser uma produção sustentável e preservadora da natureza. O exercício destas atividades emprega a população local e incentiva o empreendedorismo da região, fazendo com que explorar recursos naturais.

O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010) levantou que a população da RM de Belém era de 2.275.032 habitantes, já no ano de 2016 o IBGE estipulou que essa população seja de 2.422.481 habitantes. O COSTA (2015) afirma que em 2010, a RM de Belém possuía um grau de urbanização de 96,1% e pouco menos de 1/3 da população estadual residia na RM e a taxa de crescimento da população da RM de Belém, entre 2000 e 2010, foi de 1,62% ao ano.

O COSTA (2015) constatou que em 2000 o Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da RM de Belém era igual a 0,621, situando-se na faixa de Médio Desenvolvimento Humano, já em 2010 o índice IDHM mudou para 0,729, passando para a faixa de Alto Desenvolvimento Humano. O IDHM Educação, em 2000 era 0,474, passando, em 2010, para 0,656 e o IDHM Renda em 2000 era de 0,672, passando para 0,722 em 2010. Assim o COSTA (2015) constatou que, entre os anos 2000 e 2010, a dimensão que mais evoluiu, em termos absolutos, foi a dimensão Educação, que registrou um aumento de 0,182.

Segundo o censo do IBGE (2010), o produto interno bruto (PIB) dos municípios da RM de Belém totalizam um valor R\$ 19.165.215,00, dos quais R\$15.857.938,00 representam o setor de serviços, R\$3.176.142,00 o setor da Indústria e R\$131.135,00 o setor Agropecuário. Diante desses números, verifica-se que o setor de serviços é o que mais se destaca na composição deste indicador em todos os municípios componentes representando aproximadamente 83% do PIB.

4.1 A cadeia produtiva dos HPPC e Biocsméticos no Estado do Pará

No âmbito nacional, a legislação vigente que fomenta a parceria pública privada para elaboração e controle de APL's foi desenvolvida inicialmente pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que no uso de suas atribuições e considerando a necessidade com vistas à adoção de apoio integrado a arranjos produtivos locais elaborou a Portaria Interministerial nº 200 / 2014. Em suma, esta portaria definiu grupos de trabalhos, colegiado por representantes dos Ministérios e demais órgãos citados em seu Art. 3º. Estes órgãos tinham por atribuição identificar os arranjos produtivos locais existentes no país, inclusive



aqueles segmentos produtivos que apresentem potencialidade para se constituírem como futuros arranjos produtivos locais, conforme sua importância no respectivo território. Outras atribuições são detalhadas no Art. 1º (principalmente nos incisos b, c, d e e).

No âmbito local da presente pesquisa, o Estado do Pará, os Arranjos Produtivos Locais, foram implementados através da Portaria nº 013/2015 do Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no Estado do Pará - NEAPL/PA. Segundo o Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Higiene Pessoal, Perfumaria, Cosmético e Biocosméticos (2017) esta política de desenvolvimento foi realizada sob a coordenação geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME e também por Meio do Programa Pará 2030 através do Decreto nº 1570/2016.

Quanto aos Arranjos Produtivos Locais do setor de higiene pessoal, perfumaria, cosméticos e biocosméticos da região metropolitana de Belém – APL HPPC e Biocosméticos RMB, segundo dados do Plano de Desenvolvimento de Biocosmético (2017), este foi instituído na II reunião do Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais do Estado do Pará – NEAPL/PA, no dia 14 de outubro de 2015. Ainda segundo o plano, este APL é composto por empresas do setor de higiene pessoal, perfumaria, cosméticos e biocosméticos localizadas nos municípios da região metropolitana de Belém.

Ferro (2010) define que a cadeia produtiva do setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosmético (HPPC) e Biocosmético, é composta por diversos atores ou “elos”, os quais são: 1. *Fornecedores de matérias primas*; 2. *Fornecedores secundários*; 3. *Fabricantes de produtos acabados*; 4. *Distribuidores*; 5. *Varejistas*; e 6. *O consumidor final*.

A importância desse APL pode ser ressaltada pelo fato do segmento de HPPC e Biocosméticos, no decorrer dos últimos anos, está se desenvolvendo e ganhando o mercado Paraense e Nacional, por se tratar de um setor que utiliza fontes renováveis e sustentáveis. Visando um mercado que se encontra em grande ascensão, grupo de empresas vem se unindo em prol da consolidação do arranjo produtivo de Biocosméticos.

A busca por produtos mais saudáveis, ecologicamente corretos e socialmente responsáveis surge de uma mudança nos valores dos consumidores a partir de uma conscientização sobre os impactos sociais e ambientais que resultaram da intensificação do uso de produtos industrializados com forte base química.

5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo será de natureza aplicada, pois conforme definem Gerhardt e Silveira (2009), *pesquisa aplicada* objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolve verdades e interesses locais. Desse modo, dado que esta pesquisa objetiva verificar a governança no APL de HPPC-Biocosmético, a natureza aplicada mostra-se a escolha mais assertiva. Quanto ao método a pesquisa será usada a abordagem quantitativa, que segundo Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa se centra na objetividade, é influenciada pelo positivismo e considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Com base no objetivo, a presente pesquisa é exploratória. Gil (2008) define pesquisa exploratória como a pesquisa que tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a tomá-lo mais explícito ou a construir hipóteses. O autor complementa afirmando que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

A primeira fase caracteriza-se pela pesquisa bibliográfica. Sendo esta definida como a elaboração de pesquisa, realizada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de



periódicos (FARIAS FILHO e ARRUDA FILHO, 2013). Os principais autores mencionados neste estudo foram: Cassiolato e Lastre (2003) que desenvolveram pesquisas sobre APL e suas principais características envolvendo aprendizagem, inovação e cooperação; Dallabrida e Becker (2003) e Pires et al. (2013) que abordaram os conceitos de Governança Territorial; as legislações Portaria Interministerial nº 200 / 2014 do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que fomentaram a organização dos APL's no cenário nacional.

Na segunda fase destaca-se a realização do levantamento de dados, que, conforme a definição de Gil (2008), consiste na solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. Deste modo, durante esta etapa optou-se pela aplicação de questionários com perguntas e respostas padronizadas.

A terceira fase do levantamento trata da análise dos resultados, que foi elaborada para atender aos objetivos da pesquisa, os quais compreendem comparar e confrontar dados e informações com as hipóteses e as questões da pesquisa. Diante disto a presente pesquisa utilizou como método de análise de dados, a estatística descritiva, análise multivariada, análise fatorial e análise de cluster.

A pesquisa em administração envolve a coleta de informações para melhorar a tomada de decisões. Essa coleta implica contatar pessoas que conheçam um determinado tópico. Referimos ao grupo de pessoas com conhecimento como população ou universo. Um universo, portanto, é o total de todos os elementos que compartilham algum conjunto comum de características (HAIR et al 2005).

O universo desta pesquisa é o “Arranjo Produtivo Local de Higiene Pessoal, Perfumaria, Cosmético e biocosmético” localizado na Região Metropolitana de Belém, sendo este denominado de “APL HPPC e biocosmético”. A presente pesquisa restringe-se as empresas participantes do APL supracitado, deste modo o estudo foi realizado em onze empresas, as quais são: Perfumaria Orion, Anil Cosméticos, Aromas da Amazônia, Juruá, Mithus da Amazônia, Fluidos da Amazônia; Ludurana, Insumos d’Amazônia, Fábrica Santa Maria, Romera Perfumaria e Maxliss. Foi realizada também a pesquisa com instituições que fomentam o APL, as quais são: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME, Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos, Farmacêuticos e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará - SINQUIFARMA, Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTEC, Universidade Federal do Pará - UFPA .

Farias Filho e Arruda Filho (2013) explicam que em pesquisas científicas é muito raro se utilizar o universo da pesquisa, por sua dificuldade em relação a tempo e outros recursos, então o mais comum é o uso de amostragem, ou seja, um pequeno número de informantes que refletem a totalidade. Neste trabalho utilizamos a amostra probabilística que é definida por Farias Filho e Arruda Filho (2013) como um procedimento controlado e aleatório que assegura que a cada elemento da população seja dada uma chance de seleção diferente de zero.

5.1 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada elaborando-se um questionário conforme exposto no Anexo 1. Este formulário foi adaptado do questionário desenvolvida pelo grupo REDESIST, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Janeiro, e está baseado em diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação definidas pelo Manual de Oslo. Este documento integra um conjunto de publicações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que tem como objetivo a padronização de conceitos, métodos e a aplicação de técnicas estatísticas e indicadores de pesquisa de



P&D em países integrantes do referido grupo. Consistem em quatorze questões com cinco alternativas de resposta, presentes em dois blocos, os quais são: Bloco 1 – avaliação do perfil sociodemográfico e Bloco 2 - avaliação do perfil psicográfico das empresas participantes. O propósito deste questionário advém do interesse em avaliar qual a percepção das empresas sobre o elemento “Governança” em relação ao APL de HPPC e Biocosméticos da RM de Belém.

O Bloco 1 consiste em três perguntas e tem por objetivo identificar a principal área de atuação da empresa ou instituição de apoio, sua forma de constituição e mercado de atuação. O Bloco 2 busca conhecer as empresas pesquisadas. Na sequência, foram realizadas onze perguntas com o intuito de avaliar a contribuição de sindicatos, associações e cooperativas locais indicando o grau de importância para a empresa, sendo as opções de resposta: (0) não é relevante; (1) baixa importância; (2) média importância; (3) alta importância.

Antes de se realizar a aplicação dos questionários houve, no dia 17 de outubro de 2016, às 09:00 horas, uma visita técnica, sob supervisão do Docente Dr. Marco Antônio Lima, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME e no dia 27 de outubro de 2016 houve a visita técnica à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTET. Estas visitas tiveram por objetivo a obtenção de uma maior compreensão sobre o universo pesquisado e a coleta de informações necessárias para o andamento da pesquisa, dado que estes órgãos são os responsáveis por oferecer apoio ao APL pesquisado.

Do total dos dezesseis questionários previstos foram obtidos os preenchimentos de apenas dez, sendo que foram realizadas posteriores consultas através de e-mail, enviando os questionários para os participantes que não estavam presentes na referida reunião, porém até a análise de dados não se obteve retorno.

Após a coleta de dados foi realizado como método de análise dos dados a análise estatística descritiva onde foi estudada a distribuição de frequência, cálculo de índices e medidas de dispersão e análise estatística multivariada, análise fatorial exploratória e análise de cluster.

As pesquisas descritivas têm como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008). E juntamente com esse conjunto, obteve-se uma análise de avaliação dos índices: Bom: 0,700 a 1,000 / Regular: 0,400 a 0,699 / Ruim: 0,000 a 0,399. Com isso descrevemos a avaliação dos índices como BOM quando se tem uma grande satisfação em relação aos elementos de governança, REGULAR para pequena satisfação com os elementos de governança e RUIM para insatisfação com os elementos de governança.

Os métodos de análise multivariada foram aplicados por permitir a observação de detalhes e diferença sutil não revelados pela utilização dos métodos descritivos. Por meio da realização de cálculos que consideram simultaneamente uma multiplicidade de variáveis, pode-se então depreender suas relações de interdependência e seu grau de influência no comportamento dos indivíduos em estudo. (FARIAS e CARVALHO, 2016).

A Análise Fatorial Exploratória verifica as inter-relações implícitas (correlações) existentes entre um grande número de dados que fazem parte de um grande conjunto de variáveis, para isso há essa definição de dimensões latentes comuns, denominadas de fatores (HAIR JUNIOR et al., 2005). Realizando a redução de números de dados torna-se mais rápido analisar os fatores, facilitando a interpretação na avaliação das variáveis individuais. Logo, explica cada variável e o grau de cada fator. E para obter todos os dados específicos, foi utilizado um *software* científico denominado SPSS, apropriado para fazer processamento estatístico de dados principalmente na área de ciências sociais.



Com o grande número de variáveis relacionadas na pesquisa fez-se necessária a utilização de testes estatísticos, segundo Fávero e Belfiore (2009) o mais usual é o Kaiser- Meyer-Olkin (KMO), que compara as relações, sejam elas simples ou parciais, sendo descartados os valores que apresentem resultado abaixo de 0,50.

Outra forma de analisar a matriz de dados e verificar a adequação é o teste de esfericidade de Bartlett, segundo Fávero e Belfiore (2009) se a hipótese de a matriz de correlações ser a matriz identidade for rejeitada significa a correlação entre as variáveis, sendo que este teste exige variáveis que apresentem normalidade multivariada (FÁVERO; BELFIORE, 2009, p. 241). A Análise de *Cluster* possibilita identificar quais sujeitos possuem equivalências em relação a um determinado fator ou mesmo a um grupo de fatores, então classificá-los e agrupá-los. Conforme relata Hair Junior et al (2005) para se analisar a variância mínima intra-grupo e a variância máxima entre os grupos é fundamental que os indivíduos sejam agrupados conforme suas características peculiares.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A interpretação dos resultados consistiu na caracterização das empresas e na análise dos resultados obtidos a partir da Análise Multivariada dos dados, envolvendo a Análise Fatorial Exploratória, a Análise dos Índices de Desempenho e a Análise de *Cluster*.

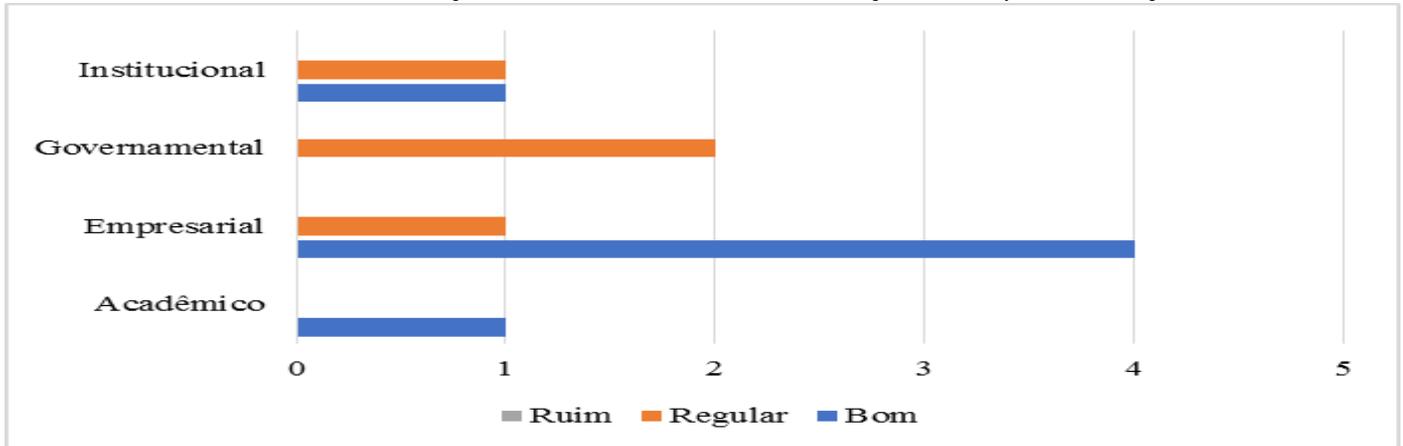
A amostra deste estudo é caracterizada por empresas e instituições que compõem o APL de HPPC e biocosméticos. Este APL é composto por 68,75% de empresas do ramo de higiene pessoal perfumaria cosmético e biocosméticos conta com apoio governamental que representa 12,5%, instituições de pesquisa e órgãos como, por exemplo, o SEBRAE, representam 6,25% respectivamente, ambos apoiando e subsidiando o desenvolvimento do APL em questão.

Observou-se com a realização deste estudo que algumas empresas participantes do Arranjo Produtivo Local de Higiene Pessoal, Perfumaria, Cosméticos e Biocosméticos não tem participação expressiva, sendo algumas vezes nula, nas reuniões mensais promovidas pelo grupo, que são realizadas afim de se discutir e propor projetos e ações de desenvolvimento. Deste modo, procederam-se as tentativas de entrar em contato com as empresas não localizadas, com o intuito de obter a amostra total para prosseguimento da pesquisa. Dado que estas empresas não retornaram as tentativas de contato e não se fizeram presentes nas reuniões verificadas, optou-se em prosseguir a pesquisa com a coleta de dados já realizada, tendo em vista que se pode considerar que as empresas mais participativas são as que tenham maior propriedade para representar o conjunto como um todo, já que necessariamente são as tomadoras de decisão. Assim, o APL estudado é composto por empresas que atuam nos seguintes segmentos: 50% - empresarial; 20% - Institucional; 20% - Governamental e 10% - Acadêmico. Destaca-se o fato de que todas as empresas consultadas são legalmente constituídas, e estas podem ser subdivididas em: 80% - Microempresas e 20% - Empresas de pequeno porte. Sendo todas as empresas localizadas na região Metropolitana de Belém. Outro fator analisado foi a abrangência, mais especificamente, o mercado de atuação destas empresas, onde 40% - atuam no mercado internacional, 40% - no mercado estadual e 20% - no mercado local da Região Metropolitana de Belém.

6.1 ANÁLISE ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Os critérios de classificação de avaliação dos índices de percepção da Governança entre as empresas do APL foram desenvolvidos a partir da análise estatística descritiva. Foi observado os índices das variáveis e adotou-se a seguinte classificação: Bom – 0,700 a 1,000 / Regular – 0,400 a 0,699 / Ruim – 0,000 a 0,399. Dessa forma, considerando as respostas obtidas nos questionários aplicados as empresas, obteve-se como resultado que 60% das empresas consultadas consideram os elementos de governança presentes como “bom”, enquanto que 40% consideram estes elementos como “regular”.

Gráfico 1 – Avaliação dos Elementos de Governança do APL por Instituição



Fonte: Elaborado pelos Autores (2017).

A relação do modo como os integrantes avaliam os elementos de governança no APL de HPPC e Biocosméticos pode ser verificada no Gráfico 1. Ressalta-se que, os órgãos institucionais, os quais representam 20% da amostra pesquisada, ou seja, duas instituições, avaliaram como “regular” e “bom” respectivamente, enquanto que os órgãos governamentais foram unânimes ao avaliar como “regular” os elementos de governança; o setor empresarial, em sua maioria, considerou os elementos de governança como “bom” e o setor Acadêmico também avaliou como “bom” estes elementos.

Assim, ao se analisar os elementos de governança, observou-se que três dos dez itens que os compõem apresentaram resultados regulares. O primeiro item “Apresentação de reivindicações comuns”, o segundo “Promoção de ações dirigidas e capacitação tecnológica” e o terceiro “Estímulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa” tiveram como resultado 0,650, 0,650 e 0,625 respectivamente. Esses dados revelam que os integrantes do APL reconhecem a necessidade de se elaborar ações com o intuito de melhorar suas capacidades tecnológicas, tendo em vista que esta prática já é possível através de parcerias com órgãos como as instituições acadêmicas ou instituição governamental que já fornecem apoio ao APL. Quanto aos elementos de governança “Auxílio na definição de objetivos comuns para o arranjo produtivo” e “Estímulo na percepção de visões de futuro para ação estratégica”, estes foram avaliados de forma unanime como apresentando maior grau de importância, com isso pode-se inferir que todos os integrantes pesquisados estão em sinergia e em prol dos mesmos objetivos. Sendo que além destes elementos destacados, todos os demais apresentaram índices avaliados como “bom” em relação ao APL pesquisado, os quais foram: “Disponibilização de informações sobre insumos, equipamentos, assistência técnica, consultoria”, “Disponibilidade de informações sobre legislação e práticas de otimização controle ambiental”, “Identificação de fontes e formas de financiamento”, “Promoção de ações cooperativas”, “Criação de fóruns e ambientes para discussão” e “Organização de eventos técnicos e comerciais”. Esta análise pode ser verificada na Tabela 1.

Tabela 1 - Análise dos Elementos de Governança

Elementos de governança	Índice	Desvio-padrão	Variância
Auxílio na definição de objetivos comuns	1,000	0,000	0,000
Estímulo na percepção de visões de futuro	1,000	0,000	0,000
Disponibilização de informações sobre insumos e assistência	0,850	0,483	0,233
Disponibilidade de informações sobre legislação	0,800	0,516	0,267
Identificação de fontes e formas de financiamento	0,725	0,699	0,489
Promoção de ações cooperativas	0,750	0,843	0,711
Apresentação de reivindicações comuns	0,650	1,101	1,211
Criação de fóruns e ambientes para discussão	0,825	0,699	0,489
Promoção de ações dirigidas e capacitação tecnológica	0,650	0,789	0,622
Estímulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa	0,625	0,876	0,767
Organização de eventos técnicos e comerciais	0,725	0,699	0,489

Fonte: Elaborado pelos Autores (2017).

6.2 ANÁLISE ESTATÍSTICA MULTIVARIADA

Devido aos números de variáveis que envolvem a pesquisa, deu-se a importância da utilização de teste estatístico, segundo Fávero e Belfiore (2009) o mais usual é o Kaiser-Mayer-Olkin (KMO), que compara as relações, sejam elas simples ou parciais. Dessa forma, o autor avalia as relações como: Correlação Razoável – 0,600 a 0,700 / Má Correlação – 0,500 a 0,599 / Inaceitável – 0,000 a 0,499.

De acordo com Fávero e Belfiore (2009) valores abaixo de 0,500 são considerados inaceitáveis; de 0,500 a 0,600 indicam uma má correlação parcial entre as variáveis e de 0,600 a 0,700 indicam uma correlação razoável entre as variáveis.

Tabela 2 – Teste KMO e Esfericidade de Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.	0,507
Aprox. Qui-quadrado	42,84
Teste de esfericidade de Bartlett df	21
Sig.	0,003

Fonte: Resultado da Pesquisa (2017).

Com base na pesquisa e testes feitos mostra um resultado de 0,507 que representa uma má correlação, porém aceitável. Desse modo, observa-se que o resultado do teste de esfericidade de *Bartlett* teve um valor de 0,003 como demonstra a (Tabela 2). Segundo Hair Junior et al. (2005), os fatores que apresentam autovalores menores que 1 não são significantes e por isso são eliminados. Assim os fatores 1 e 2 foram avaliados de forma positiva para o resultado da pesquisa. Nota-se na Tabela 3 a retenção de dois fatores que esclarecem 81,262% da variância dos dados originais, onde é importante uma explicação mínima de 60%, da variância total para a obtenção de forma satisfatória na análise fatorial.

Tabela 3 – Matriz de Variância Explicada

Componentes	Autovalores Iniciais			Variância Inicial			Variância após Rotação		
	Total	Variância %	Acumulada %	Total	Variância %	Acumulada %	Total	Variância %	Acumulada %
1	4,252	60,740	60,740	4,252	60,740	60,740	3,006	42,950	42,950
2	1,437	20,522	81,262	1,437	20,522	81,262	2,682	38,312	81,262
3	0,518	7,395	88,657						
4	0,408	5,833	94,490						
5	0,279	3,984	98,474						
6	0,086	1,228	99,701						
7	0,021	0,299	100,000						

Fonte: Resultado da Pesquisa (2017).

Conforme mostra a Tabela 4, os fatores que oferecem maiores pesos por meio das análises feitas, apresentaram as seguintes variáveis: O primeiro fator trata da “Disponibilidade de informação sobre legislação” (94,8%), em “Disponibilidade de informação sobre insumos e assistência” (90,2%), “Estimulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa” (84,1%), “Criação de Fóruns e ambientes para discussão” (80,9%), “Organização de eventos técnicos e comerciais” (74,6%), “Promoção de ações cooperativas” (74,3%) e “Promoção de ações dirigidas e capacitação tecnológica” (69,9%).

Tabela 4 – Matriz de Cargas Fatoriais Rotacionadas

Variáveis	Componentes		Comunalidades
	1	2	
Disponibilização de informações sobre insumos e assistência	0,937	-0,154	0,902
Disponibilidade de informações sobre legislação	0,891	0,393	0,948
Promoção de ações cooperativas	0,397	0,765	0,743
Criação de fóruns e ambientes para discussão	0,032	0,899	0,809
Promoção de ações dirigidas e capacitação tecnológica	0,726	0,414	0,699
Estímulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa	0,776	0,489	0,841
Organização de eventos técnicos e comerciais	0,216	0,836	0,746
Soma de quadrados do autovalor	3,006	2,682	5,688
Percentual do traço	42,950	38,312	81,262

Fonte: Resultado da Pesquisa (2017).

O primeiro fator foi chamado “Aprendizagem” e explica (42,95%) da variância total. Esse fator é composto pelas variáveis: “Disponibilização de informações sobre insumos e assistência”; “Disponibilização de informações sobre legislação”; “Promoção de ações dirigidas e capacitação tecnológica” e “Estimulo ao desenvolvimento do sistema de ensino e pesquisa”.

O segundo fator esclarece 38,31% da variância total, sendo nomeado de “Cooperação”, as variáveis incluídas nesse fator são: “Promoção de ações cooperativas”; “Criação de Fóruns e ambientes para discussão” e “Organização de eventos técnicos e comerciais”.

O fator 1 se relaciona com a necessidade de aprendizagem para o desenvolvimento do APL estudado. Isto significa que, considerando-se um cenário no qual o mercado de Higiene Pessoal Perfume Cosmético e Biocosméticos vem se consolidando na economia paraense, o aprendizado possibilita o aperfeiçoamento da produtividade, a diminuição dos custos e o crescimento da competitividade dos empreendimentos.



O fator 2 está relacionado à capacidade dos integrantes do APL em desenvolverem ações de promoção dos seus produtos e de articularem ações em conjunto, buscando benefícios para a toda a classe frente a fornecedores, clientes e organização pública.

6.3 Análise de Cluster

Para classificar os respondentes foi utilizada uma técnica de interdependência denominada de análise de cluster que possibilita agrupar os objetivos ou indivíduos com a maior homogeneidade possível entre si e a maior diferença entre os grupos (HAIR JUNIOR et al., 2005). Primeiramente, os dados foram padronizados para evitar que valores afetassem os resultados (*outliers*).

Após isso, foi empregado o método de análise de *cluster*, reunindo os elementos, aplicando princípios de ordem hierárquica objetivando criar aglomerados. Após a análise dos resultados obtidos, considerou-se que a opção com três *clusters* era a que melhor atendia às finalidades do estudo.

A utilização deste método na distribuição dos estabelecimentos teve como resultado a definição de três *clusters*, onde foram denominados “Otimista” com 60% que corresponde à 6 instituições; “Céticos” com 30% que corresponde à 3 instituições; e 10% caracterizados como “Pessimistas” que corresponde à uma instituição pesquisada.

A análise das médias dos escores fatoriais, permite que a verificação do grau médio de satisfação dos integrantes do APL sejam agrupados em *cluster* com cada um dos fatores subjacentes identificados neste estudo. Desta maneira, pode-se identificar as percepções específicas de cada conjunto de integrantes avaliados, permitindo ao observador uma análise mais detalhada da situação.

No *cluster* denominado como “otimistas”, observa-se que sua satisfação em relação à aprendizagem em 0,690 e Cooperação em 0,305. Mostrando assim que o grupo otimista está satisfeito com o desempenho em relação à aprendizagem e a cooperação, considerado um fator positivo para o APL. No *cluster* Cético, observa-se que os integrantes estão satisfeito com a cooperação com 0,224 e insatisfeitos com a aprendizagem -1,358. Para o *cluster* Pessimista, pode-se observar que os integrantes estão insatisfeitos com a aprendizagem desenvolvida no APL e com o nível de cooperação apresentando -0,067 e -2,500 respectivamente.

Entre as organizações pesquisadas, as duas organizações institucionais são consideradas pertencentes ao *cluster* Cético e Otimista, já as instituições governamentais, são consideradas pessimistas e céticos as instituições acadêmicas e empresariais em sua maioria pertencem ao *cluster* otimistas.

7 CONCLUSÃO

Após as devidas análises através de métodos específicos, são apresentadas aqui as considerações finais sobre este trabalho. Observa-se que em relação à percepção da importância dos elementos de governança considerados, os integrantes do APL pesquisado, em sua maioria, avaliam de forma positiva os índices de governança, com exceção das instituições governamentais que avaliaram de forma regular. Mesmo com a avaliação positiva dos integrantes do APL em relação a todos os itens apontados, os que destacaram-se foram o “Auxílio na definição de objetivos comuns” e “Estímulo na percepção da visão de futuro”, isto caracteriza um grupo coeso que trabalha em sinergia dividindo os mesmos objetivos, os quais são fortalecimento, qualificação, integração e divulgação do crescimento do APL e da cadeia produtiva do setor de Higiene Pessoal, Perfumaria, Cosméticos e Biocosméticos na Região Metropolitana de Belém. Este cenário positivo gera benefícios às empresas e trazem retorno à sociedade, garantindo que o grupo e o Estado do Pará sejam reconhecidos como um polo de desenvolvimento de empresas na área de cosméticos.

Outro fator relevante é a disponibilidade de informação sobre insumos e assistência que contribuem para o reconhecimento do Estado do Pará no setor de HPPC, tendo em vista que ele está situado da região Amazônia e possui como particularidade um considerável oferta de matéria prima para o lançamento de



novos produtos no mercado de cosméticos, em função da riqueza da sua biodiversidade, composta por diferentes insumos, do diferencial de seus produtos e ao estímulo do tão desejado desenvolvimento sustentável.

Quanto aos elementos de governança pesquisados, estes apresentaram índices avaliados como "BOM" em relação ao APL, entre os quais destacam-se "Disponibilidade de informações sobre legislação e práticas de otimização controle ambiental", "Identificação de fontes e formas de financiamento", "Promoção de ações cooperativas", "Criação de fóruns e ambientes para discussão" e "Organização de eventos técnicos e comerciais". Deste modo, constatado os elementos de governança e seus respectivos índices, sobrevieram os agrupamentos destes em dois fatores caracterizados como Aprendizagem e Cooperação. Diante dos resultados das análises, pode-se perceber que em função da concepção de relevância dos fatores de governança dos estabelecimentos pesquisados, é possível classificar estas empresas em três diferentes grupos, sendo que através da função de suas características comportamentais foram denominados os grupos: "Otimistas", "Céticos" e "Pessimistas".

Assim, com a elaboração desta pesquisa foi possível compreender que as componentes essenciais para uma boa prática de governança estão presentes de forma satisfatória e relevante no APL HPPC e Biocosméticos da RM de Belém, principalmente devido ao presente elo de cooperação e incentivos a aprendizagem entre os integrantes do APL no desenvolvimento da atividade econômica do APL.

O estudo limitou-se somente a um Arranjo Produtivo Local, recomendando-se a aplicação do método apresentado em outras regiões e APL's com o intuito de verificar sua eficácia ou, então, um estudo mais aprofundado sobre a percepção dos elementos de governança obtida pelas instituições governamentais, já que estas foram as únicas a avaliarem de forma regular os elementos da governança no APL pesquisado. Espera-se que os resultados apresentados neste trabalho possam contribuir de forma satisfatória para a gestão e desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém e demais localidades.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASSIOLATO, J. E.; LASTRE, H. M. M. O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequena Empresa, **Relume Dumará**, Rio de Janeiro, 2003.

_____, J. E.; LASTRE, H. M. M. Pequenas Empresas: Cooperação e Desenvolvimento Local, **Relume Dumará**, Rio de Janeiro, 2003.

CENSO, I. B. G. E. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. **Acesso em 17 de novembro de 2017**, v. 23, 2010.

COSTA, Marco Aurélio Coordenação. Caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil: arranjos institucionais de gestão metropolitana (Componente 1): região metropolitana de Belém. 2015.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar Ferminiano. Governança Territorial: Um Primeiro Passo na Construção de uma Proposta Teórico- Metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Ano 1, n. 2, jun/dez.2003.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomadas de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.



- FERNANDES, Karina Ribeiro. Constituição de Redes Organizacionais como Nova Forma de Gestão das Organizações do Terceiro Setor. 2008.
- FERRO, A.F.P. Gestão da inovação aberta: práticas e competências em P&D colaborativa. Tese de Doutorado. Campinas-SP: IG/Unicamp.2010.
- FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da Pesquisa Científica. 2002.
- FUINI, Lucas Labigalini. Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APL) e circuitos turísticos. **Interações (Campo Grande)**, p. 93-104, 2012.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Hair, J., Babin, B., Money, A., Samouel, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Bookman Companhia Ed, 2005.
- MACHADO, Denise Del Prá Netto; LEHMANN, Cristiane Arndt; ARAUJO, Bárbara de. Organização e cultura de inovação: elementos concretos e fatores percebidos. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 15, n. 2, p. 152-168, maio/ago. 2008.
- MAZZALI, L.; COSTA, V. M. H. M. As Formas de Organização “em Redes”: Configuração e Instrumento de Análise da Dinâmica Industrial Recente, **Economia Política**, v. 17, n. 4, out/dez. 1997.
- MAZZALI, Leonel; COSTA, V. M. H. M. As formas de organização “em rede”: configuração e instrumento de análise da dinâmica industrial recente. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 4, p. 68, 1997.
- OLIVER, Laura. A importância histórico-social das Redes. **Redes de informações para o terceiro Setor**, jan/2003.
- PECI, Alketa. Emergência e proliferação de redes organizacionais: marcando mudanças no mundo de negócios. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 6, p. 7-24, 1999.
- PIRES, E. (coord.); FIGUEIREDO FILHO, W.B.; FUINI, L.L.; MANCINI, R.F.; OTANI, M; SOUZA, M.C.; STAUD, N.; VERDI, A.R. **As modalidades de governança territorial no Estado de São Paulo: relatório final de pesquisa**. Rio Claro: UNESP, 2013.
- PIRES, Elson LS; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia, Rio Claro**, v. 31, n. 3, p. 437-454, 2006.
- REDESIST–Rede de Pesquisa. Produtivos e Inovativos Locais. Questionário para arranjos produtivos locais. **Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o Sebrae**. Rio de Janeiro: RedeSist, 2003.
- RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1999.
- SACOMANO NETO, Mário; PAULILLO, LF de O. Estruturas de governança em arranjos produtivos locais: um estudo comparativo nos arranjos calçadistas e sucroalcooleiro no estado de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 4, p. 1131-1155, 2012.
- SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004.



SUZIGAN, S.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Estruturas de Governança em Arranjos ou Sistemas Locais de Produção, **Gestão da Produção**, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 425-439, mai/ago. 2007.

VECCHIA, Raquel Virmont Rauen. Arranjo Produtivo Local como Estratégia de Desenvolvimento Regional e Local. **Capital Científico**, Guarapuava, v. 4, n.1, jan/dez.2006.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2007.